

DISCUTINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
DISCUSSING THE PUBLIC POLICIES OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION

Erinaldo Ferreira Carmo¹, José Aercio Silva Chagas², Enivaldo Carvalho Rocha³, Dalson Britto Figueiredo Filho⁴

RESUMO: Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a democratização do acesso ao ensino superior. Aqui também são observados os novos desafios enfrentados pela educação nacional, compreendendo os principais mecanismos de acesso e considerando a legislação educacional vigente. Através de dados oficiais são estudados os investimentos públicos em educação, as metas educacionais estabelecidas e a progressão das instituições de ensino públicas e privadas, avaliadas através de exames nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Demanda educacional. Políticas educacionais.

ABSTRACT: This article is the result of a research work on the educational policies aimed at democratization access to higher education. Here are also subject to the new challenges faced by national education, including the main access mechanisms and considering the current educational legislation. Through official data are studied public investments in education, the educational goals and the progression of established educational institutions both public and private, assessed by national examinations.

KEYWORDS: Higher education. Educational demand. Educational policies.

¹ Doutor em Ciência Política. Professor do Colégio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. erinaldocarmo@gmail.com

² Doutor em Educação. Professor e Coordenador do Serviço de Orientação e Experimentação Pedagógica do Colégio de Aplicação da UFPE.

³ Doutor em Engenharia de Produção. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Vice-Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

⁴ Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE.

Introdução

O ensino superior atraiu o olhar de toda a sociedade brasileira nos últimos anos em acompanhamento ao desenvolvimento econômico registrado no país. De um lado, milhares de pessoas impedidas de prosseguir nos estudos, após o ensino médio, pelo afunilamento na oferta de vagas nas instituições públicas. De outro, a cobrança do mercado por profissionais qualificados em nível de formação superior, em atendimento a uma produção cada vez mais dependente do conhecimento e domínio de novas técnicas e tecnologias. Nesse sentido, nos preocupamos aqui em acompanhar as ações estatais voltadas às exigências do mercado e às cobranças da sociedade por mais espaço para dar prosseguimento ao estudo pós-colegial.

Com isso, investigamos a criação e ampliação das políticas públicas de garantia de acesso e permanência no ensino superior, em atendimento à demanda acumulada, adicionada à demanda regular, que representa, aproximadamente, 73,5% dos concluintes do ensino médio a cada ano. Assim, compreendemos aqui a relevância das medidas adotadas para a melhoria do ensino, para o fortalecimento dos exames nacionais de avaliação dos estudantes e para a ampliação das vagas nas universidades com a maior possibilidade de frequência de estudantes carentes mesmo em cursos de instituições privadas. Entretanto, não deixamos de considerar a aplicação dessas medidas dentro de um contexto social, compreendendo que as políticas públicas são medidas sociais que acompanham, em certo momento apropriado, as demandas da população e as decisões de governo, e quaisquer que sejam essas políticas sociais, como afirma Vieira (2004), elas nunca estão apartadas da sociedade, da democracia, da economia, precisando ser

compreendida em sua totalidade e dentro de uma dada realidade.

Medidas de democratização do acesso

Nos últimos anos, desde a primeira década deste século XXI, a demanda pela formação profissional qualificada e pelo ensino de nível superior cresceu vertiginosamente, com a busca elevada por parte dos jovens estudantes e de uma população fora da faixa de idade, devido a uma demanda reprimida que se acumulou por décadas. Diante de tamanha necessidade, o governo federal, principalmente, além dos governos estaduais e de alguns governos municipais que oferecem educação superior, passou a implementar e ampliar programas de democratização do acesso ao ensino universitário. Com a criação de programas populares, o quantitativo de estudantes nas Instituições de Ensino Superior – IES do Brasil saltou de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010, de acordo com o Censo da Educação Superior.

Para entender essas ações do governo federal de uma forma sintetizada, destacamos aqui, abreviadamente, as principais iniciativas de facilitação do acesso aos cursos superiores oferecidos em instituições públicas e privadas do país. Após décadas de baixos investimentos na educação superior, registrados nos governos de Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores, a retomada da valorização e do crescimento desse nível de ensino ocorreu nos dois mandatos do governo Lula, quando foram tomadas as principais medidas para a criação de programas de incentivo ao acesso e à permanência do estudante na universidade, como o Programa Universidade para Todos – Prouni e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, além da ampliação de

abrangência dos programas já existentes, como o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.

Inicialmente, cabe aqui o destaque ao programa mais representativo na avaliação do ensino médio e de seleção à admissão no ensino superior. Trata-se do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, que surgiu em 1998, ano em que contou com um número modesto de participantes, 115,6 mil, mas através de uma medida importante, tomada posteriormente para democratizar a participação em massa dos estudantes, assegurou a adesão dos alunos de escolas públicas com a isenção do pagamento da taxa de inscrição. A popularização definitiva do Enem teve início em sua edição de 2004 com a instituição do Prouni e a vinculação da concessão de bolsas em instituições privadas à nota obtida neste exame. Também ocorreu a gradativa adesão de universidades públicas à utilização da nota do Enem como critério total ou parcial de seleção em substituição ao vestibular tradicional ou atuando paralelamente a este. Em 2005, para termos uma ideia do crescimento do programa, o Enem registrou três milhões de inscritos. Anualmente este número mostra-se sempre em ascendência. Na edição de 2012, já foram 5.791.290 inscritos e 73,4% desses frequentaram o ensino médio regular.

O Enem tornou-se, ao longo dos últimos anos, não apenas um instrumento de exame nacional de seleção para diversas universidades, mas também um marco que acompanhou as recentes mudanças educacionais advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e sistematizou as estruturas curriculares em todas as etapas e modalidades de ensino. Ainda cabe destacar aqui a criação do Sistema de Seleção Unificada – Sisu, um programa informatizado de classificação dos candidatos para as instituições públicas de ensino superior que oferecem vagas aos participantes do Enem.

O Prouni, cujo acesso ocorre através da realização do Enem, foi criado em 2004 para conceder bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes carentes. O Prouni ainda possui políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas e também aos portadores de deficiência. Este programa de subsídio do governo federal oferece dois tipos de bolsa: a *integral*, para estudantes que possuem renda bruta familiar per capita de até um salário mínimo e meio; e a *parcial de 50%*, para estudantes com renda bruta familiar per capita de até três salários mínimos.

Para se candidatar ao Prouni é preciso ter participado do Enem e alcançado uma pontuação mínima estabelecida pelo programa. As notas do Enem são, então, utilizadas como critério de distribuição das bolsas. Outro critério para obter a bolsa do Prouni é ter cursado todo o ensino médio em escola pública, ou em escola particular na condição de bolsista. Também podem ser beneficiados os professores da rede pública que optem por fazer cursos de licenciatura. Em 2005, como observa Catani (2006), o governo criou a Bolsa-Permanência para atender aos alunos matriculados em cursos em tempo integral e bolsistas integrais do Prouni, uma ajuda de custo para as despesas com transporte e alimentação.

Em outra medida do governo, visando a necessidade de recuperação estrutural, pedagógica e de pessoal das universidades federais, em 2007 foi criado o Reuni, como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como meta principal a ampliação do acesso e da permanência do estudante na educação superior. Através do Reuni, o governo federal retomou o crescimento do ensino superior público, favorecendo a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais. As ações do Reuni visam a interiorização

do ensino superior, o aumento de vagas nas graduações, a ampliação dos cursos noturnos e o combate à evasão.

Outro instrumento importante de acesso ao ensino universitário é o financiamento dos estudos através do Fies. Esse não é um programa originário desse período de valorização e expansão do ensino superior, mas foi nessa época que sofreu suas maiores alterações em adaptação às demandas da sociedade por políticas governamentais voltadas à educação universitária. Trata-se de um programa de financiamento da educação superior para estudantes matriculados em instituições privadas. Os financiamentos são destinados aos matriculados em cursos que tenham sido avaliados de forma positiva pelos processos conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, órgão responsável pelas avaliações do sistema educacional brasileiro em subsídio às políticas educacionais do Ministério da Educação – MEC.

Desde o ano de 2010 que o Fies passou a ser operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, quando os juros foram reduzidos e o pedido de financiamento foi liberado para estudante em qualquer período do ano letivo. Pelas atuais regras do Fies, durante o período de duração do curso o estudante paga, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 50,00. Após a conclusão do curso, ele tem 18 meses de carência e nesse período continua pagando, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 50,00. Esse pagamento é referente aos juros incidentes sobre o financiamento. Encerrado esse período de carência, o saldo devedor é parcelado em até três vezes o período financiado e acrescido de 12 meses. Isto significa que o aluno que contou com esse financiamento por quatro anos, terá 18 meses

depois de concluído o curso, cinco anos de pagamento do débito com parcelas mensais.

A mais recente medida de democratização do acesso ao ensino superior refere-se a um debate atual, levantado no Congresso Nacional, que diz respeito à reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, além das cotas raciais e étnicas. Essa medida visa promover o acesso ao ensino superior e ao ensino técnico em nível médio atendendo à população historicamente menos favorecida. A Lei de Cotas, Lei 12.711/2012, prevê que metade das vagas de todos os cursos e turnos das instituições federais seja reservada a alunos que estudaram todo o nível médio em escola pública. Uma parte dessas vagas é reservada a pardos, negros e índios, outra parte aos estudantes com renda familiar igual ou menor a 1,5 salário mínimo per capita.

Mesmo antes da Lei de Cotas, já havia uma divisão aparentemente equilibrada nas universidades federais. Segundo o levantamento do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, dos estudantes universitários federais matriculados no ano de 2011, 44,8% cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Portanto, quase a metade dos estudantes das universidades públicas federais já é oriunda exclusivamente de escolas públicas, como mostra a Tabela 1. Entretanto, o aparente equilíbrio na divisão das vagas perde o sentido quando os estudantes são estratificados por curso, visto que entre os cursos de maior concorrência (Medicina, Direito e Engenharia) a ocupação é quase que exclusiva de alunos oriundos de escolas privadas, enquanto os cursos de menor concorrência, incluindo as licenciaturas, recebem uma

participação maior dos estudantes advindos de escolas públicas.

Tabela 1. Origem dos graduandos das IES federais (%)

	Escola Pública	Pública e Particular	Escola Particular
Centro-Oeste	40,6	14,7	44,5
Nordeste	41,3	13,2	45,3
Norte	71,4	12,3	16,1
Sudeste	37,0	12,4	50,5
Sul	50,5	11,7	37,7
Brasil	44,8	12,8	42,3

Fonte: Andifes

Em 2001 havia em todo o país três milhões de estudantes universitários. Em 2010 este quantitativo saltou para 5,4 milhões. A abertura de novas universidades e de novos cursos, além da ampliação dos já existentes, colocou nas universidades um considerável quantitativo de novos estudantes, mas esse incremento não se mostra tão expressivo na proporcionalidade devido à crescente procura do mercado por profissionais com formação de nível superior, nas diversas áreas, em especial no Norte e no Nordeste, onde, proporcionalmente, o crescimento tem sido mais significativo.

Os resultados das políticas de democratização do acesso à educação superior tomadas na década de 2000 pelo governo Lula e pelo ministro Haddad podem ser verificados no

crescimento das matrículas nas IES públicas e privadas. Em 2010, entraram 2.182.229 novos alunos em cursos de graduação só nas instituições públicas, o que corresponde a um aumento superior a 100% em relação ao ano de 2000. As matrículas nas universidades federais tiveram uma elevação no número de ingressos de 140% nesse período. Mas esse quantitativo ainda tem sido insuficiente e para atender a demanda reprimida, as IES privadas ampliaram substancialmente sua atuação, saltando de 1.208 instituições em 2001 para 2.100 em 2010, como registra a Tabela 2. Um crescimento de quase 74% em apenas uma década. Em quantitativo de alunos, esse crescimento foi de mais de 126%, considerando o mesmo período.

Tabela 2. Número de IES – Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2001	1391	67	63	53	1208
2002	1637	73	65	57	1442
2003	1859	83	65	59	1652
2004	2013	87	75	62	1789
2005	2165	97	75	59	1934
2006	2270	105	83	60	2022
2007	2281	106	82	61	2032
2008	2252	93	82	61	2016
2009	2314	94	84	67	2069
2010	2378	99	108	71	2100

Fonte: Inep-MEC

Quando comparado o crescimento por região, percebemos que o Sudeste se mantém com o maior percentual de estudantes de nível superior, entretanto é visível a elevação na participação das demais regiões do país, em especial nota-se o crescimento no Nordeste. Em todas as regiões há uma elevação no quantitativo de matriculados, de acordo com a Tabela 3, porém os percentuais

apontam para o destaque da região que passa por um recente processo de crescimento econômico que permite a possibilidade de realização escolar de uma parcela da população não contemplada anteriormente e que engrossava a massa que compunha a demanda excluída e represada por décadas.

Tabela 3. Número de matrículas – Região

	2001		2010	
	Matriculados	%	Matriculados	%
Centro-Oeste	260.349	8,6	495.240	9,1
Nordeste	460.315	15,2	1.052.161	19,3
Norte	141.892	4,7	352.358	6,5
Sudeste	1.566.610	51,7	2.656.231	48,7
Sul	601.588	19,8	893.130	16,4
Brasil	3.030.754	100	5.449.120	100

Fonte: Inep-MEC

Apesar do crescimento substancial e constante no quantitativo de estudantes nos cursos de formação de nível superior, como registrado no Brasil desde o início desse século, a defasagem ainda é muito elevada em comparação a outros países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. Nossa realidade mostra-se,

ainda, muito aquém das necessidades internas de crescimento do país, onde apenas 12% da população de 18 a 24 anos, idade regular para o ensino superior, encontra-se matriculada em instituições universitárias.

Nesse ritmo de crescimento, as instituições públicas apresentam uma elevação contínua desde 2001 no número de unidades de ensino. De acordo

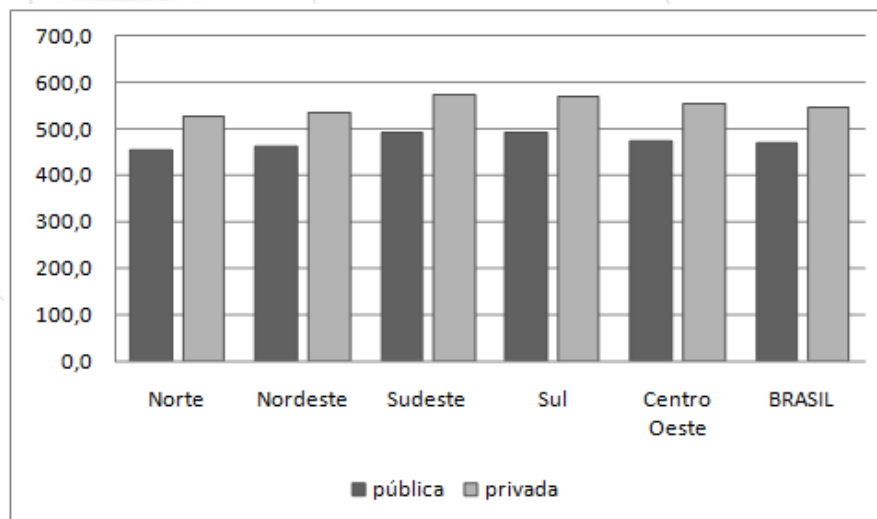
com dados do Censo da Educação Superior de 2010, do total das IES no país, a grande maioria é privada, 88,3%, e entre as públicas, 4,5% são estaduais, 4,2% federais e 3,0% municipais. Em relação à organização acadêmica das IES registradas no país pelo Censo da Educação Superior de 2010, das 2.378 instituições existentes, 85,2% são faculdades, 8,0% universidades, 5,3% centros universitários e 1,6% institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFs e centros federais de educação tecnológica – Cefets.

Principal sistema de seleção

Não se pode falar do ensino superior sem tratar, ainda que brevemente, do ensino fundamental que serve de base na avaliação e seleção dos estudantes para a educação universitária. Evidentemente, a constituição competitiva do vestibular fere o funcionamento primordial da vida escolar, que deve estar baseado na colaboração e na cooperação, em vez da

competição. Entretanto, precisamos e podemos trabalhar com essa realidade. A própria estrutura educacional, assim como a estrutura produtiva e mercantil que norteia a sociedade, está montada de um jeito que já nos habituamos a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros, como salienta Santos (2000), de forma que se tornou difícil imaginar um formato de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade, mas esse é um desafio que precisamos enfrentar coletivamente. De acordo com Braick e Mota (2010) não podemos ficar reféns de um modelo educacional voltado para o vestibular, mas também não podemos nos esquivar dessa tarefa. E a escola precisa então compreender a realidade da comunidade onde está inserida e com isso criar condições para que os seus alunos ingressem em boas universidades. Isso também faz parte da tarefa escolar.

Gráfico 1. Avaliação Enem 2011 – Regiões



Fonte: Inep-MEC

Ao analisarmos os resultados gerais do Enem, vistos no Gráfico 1, percebemos que as diferenças regionais não são alarmantes. No entanto, notamos que há uma discrepância entre o ensino público e o privado no nível médio. Em

todas as regiões a diferença entre o público e o privado é ostensiva, demonstrando a existência de um grave problema nacional. A diferença entre a média nacional das escolas públicas (470) e a média as privadas (545) é de 75 pontos. As maiores diferenças entre escolas públicas e

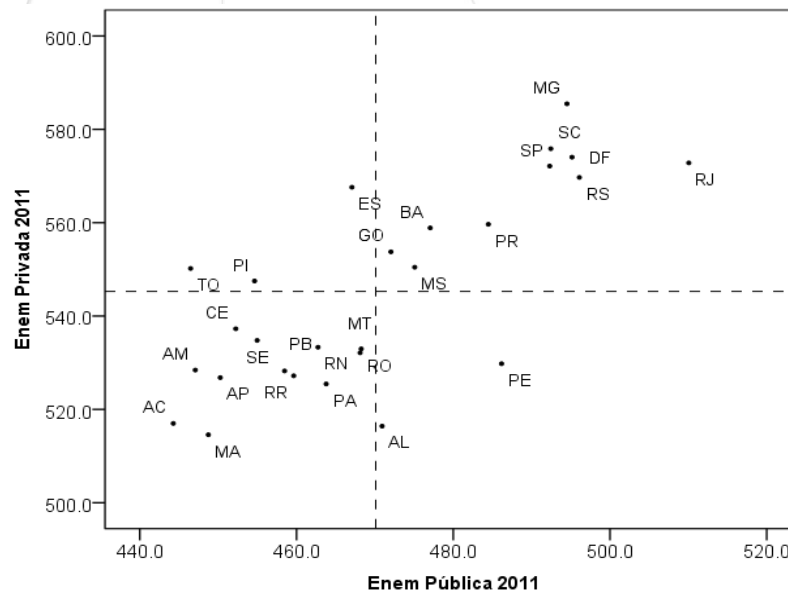


privadas foram registradas pelo Enem de 2011 no Espírito Santo (100 pontos) e no Tocantins (103 pontos), porém, em nenhum Estado a pontuação média das escolas públicas supera ou se aproxima da média das particulares.

No Gráfico 2, as linhas pontilhadas indicam as médias das notas do Enem por Estado. A linha horizontal (545) representa a rede privada e a linha vertical (470) representa a rede pública. Existe uma correlação positiva (0,760) e estatisticamente significativa (p -valor $<0,000$) entre as notas do sistema privado e do sistema público. Todos os Estados localizados no quadrante inferior esquerdo

apresentam notas do Enem abaixo da média em ambos os sistemas. Comparativamente, essas unidades da federação apresentaram os piores desempenhos no Enem. No quadrante oposto, o Rio de Janeiro registra a maior média da rede pública (510) e Minas Gerais apresenta a maior média geral (585) considerando as redes pública e privada.

Gráfico 2. Avaliação Enem 2011 – Público e Privado



Mesmo entre as públicas, registra-se uma enorme distorção quando comparadas pelos níveis de gestão. Enquanto as federais até ultrapassam a média de pontuação das privadas, as estaduais, a quem cabe obrigatoriamente a oferta do ensino médio, se afastam das federais em mais de 80 pontos. E a diferença na proficiência em Matemática e Redação chega a ultrapassar 100 pontos.

Avaliação através do Enade

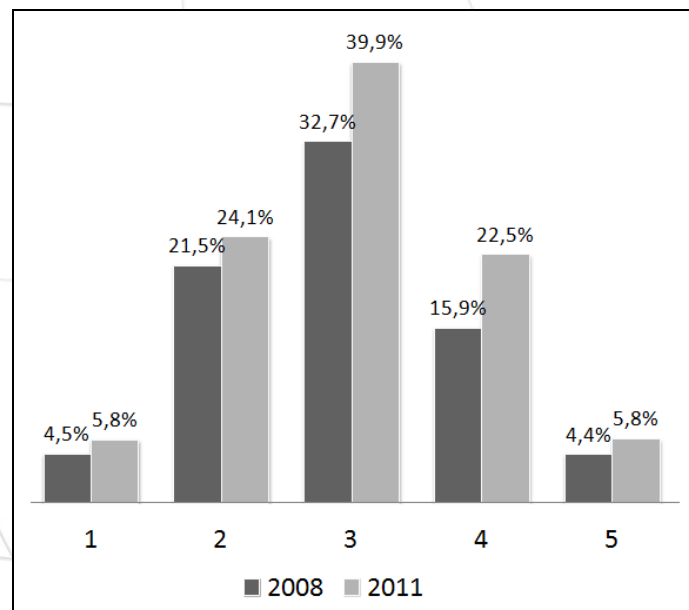
O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade é um instrumento avaliativo criado para aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. O Enade ainda verifica o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional do alunado e o nível de atualização desses estudantes em relação à realidade do Brasil e do mundo, fazendo parte do Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior – Sinaes. O Enade também é um componente obrigatório no currículo de graduação, constando no histórico escolar do estudante universitário. O graduando selecionado que não comparecer ao Exame fica em situação irregular junto ao Enade e impedido de colar grau na conclusão do seu curso.

Visto que o ofício educacional, mesmo privado, é um campo de domínio do Estado, sendo esse serviço uma concessão pública, o governo federal assumiu a condição de avaliador desse bem comum introduzindo no ensino superior o processo regular e sistemático de acompanhamento e aferição dos cursos de graduação e das IES, orientado pela lógica da

qualidade e da excelência, tendo como principal objetivo a perspectiva da livre concorrência, da universalização e da competitividade. Nesse sentido, como lembra Volpato (2011), foi criado em 1996 o Exame Nacional de Cursos como instrumento avaliativo dos cursos de graduação. Esse exame considerava apenas os conhecimentos do aluno e deixava fora de aferição o projeto pedagógico da instituição, o projeto de cada curso, a formação e a qualificação do corpo docente, bem como a infraestrutura e as atividades de pesquisa e extensão da IES. Esse modelo foi então substituído em 2004 pelo atual Enade.

Gráfico 3. Enade 2008 e 2011 – Geral



Fonte: Inep-MEC

Na edição do Enade realizada em 2011, a maior parte das IES ficaram com médias que enquadram essas instituições na faixa 3, em uma escala de 1 a 5. Na comparação com a avaliação de 2008, há uma ascensão das IES, o que demonstra uma melhoria da qualidade dos cursos avaliados, principalmente nas faixas 3 e 4, onde o crescimento registrado foi bem mais expressivo, como se vê no Gráfico 3. Obviamente, o

crescimento no quantitativo de estudantes das IES foi acompanhado pela necessária elevação do quantitativo de professores e esse é um fator determinante da qualidade do ensino, como veremos agora.

Com relação às instituições públicas, abrangendo aqui as federais, estaduais e municipais em todas as categorias administrativas, as funções docentes com doutorado passam de 35,9% em 2001 para 49,9% em 2010; para o

mestrado, observa-se uma participação relativamente estável, passando de 26,9% em 2001 para 28,9% em 2010; e para especialização a participação sofreu uma queda bastante considerável, quando passou de 37,3% em 2001 para 21,2% em 2010. Em relação às instituições privadas, a participação majoritária é de docentes com titulação de mestrado, que aumentou de 35,4% em 2001 para 43,1% em 2010. Docentes com especialização caíram de 52,5% em 2001 para 41,5% em 2010. E o doutorado teve uma elevação pouco substancial, passando de 12,1% em 2001 para 15,4% em 2010.

No que diz respeito ao regime de trabalho, sendo esse outro fator importante de garantia de qualidade na educação, as IES públicas apresentam, predominantemente, o regime de trabalho de tempo integral como referência do seu quadro docente. 80,2% dos seus professores se enquadravam neste regime de trabalho em 2010. 12,9% compunham o quadro de tempo parcial e apenas o residual, 6,8% formavam o grupo de professores horistas. Entre as instituições privadas, para esse mesmo ano de 2010, prevaleceram os horistas, correspondendo a 48,0% dos docentes. Os regimes integral e parcial aumentaram seus percentuais de participação, sobretudo a partir de 2008, quando se intensificaram as exigências do MEC para as IES. No ano de 2010, 24,0% dos docentes eram de tempo integral e 28,0% de tempo parcial.

Como um todo, as IES desenvolveram a qualidade dos cursos oferecidos, do quadro docente e da estrutura física ofertada aos alunos. Mas ainda há um longo caminho a percorrer. De acordo com o Índice Geral de Cursos – IGC, a maioria das IES se enquadra na faixa 3, que representa um nível mediano. O IGC é um índice de classificação dos cursos avaliados nas IES e tornou-se um instrumento de aferição da qualidade

dos cursos e das instituições. O IGC é resultado da média ponderada dos Conceitos Preliminares de Curso – CPC da graduação no triênio de referência e dos conceitos aplicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para os programas de pós-graduação *stricto sensu* da IES. Por isso, esse índice dá uma ideia mais abrangente da qualidade e da estrutura física e de pessoal da instituição, incluindo sua participação em atividades do conhecimento além do ensino nos cursos de graduação. No conjunto de todas as IES avaliadas em 2011, as instituições tiveram um melhor desempenho e uma maior progressão, em comparação a 2008. Entre as universidades, a média do IGC contínuo foi de 3,0192 para as públicas e 2,5157 para as privadas. Entre os centros universitários, a média foi de 2,4783 para as públicas e de 2,3819 para as privadas. Entre as faculdades, a média foi de 2,3487 para as públicas e 2,1370 para as privadas. O IGC contínuo representa a média alcançada pela instituição e a partir desse valor a IES é enquadrada em uma faixa de classificação que vai de 1 a 5.

Considerações finais

Finalizamos esse trabalho com algumas reflexões sobre certas ações que são fundamentais na valorização e melhoria do ensino superior público e privado no país. Universalizar o ensino com qualidade exige o estabelecimento de metas relacionadas à infraestrutura física e pedagógica das instituições educacionais. Essas metas, de acordo com Costa (2013), precisam estar articuladas com a profissionalização da atividade docente. Não se pode tratar de qualidade do ensino, em qualquer análise, sem considerar a valorização do professor, visto que as ações para a melhoria na qualidade do ensino são diversas, mas dentre elas merece destaque a adequada formação

do corpo docente. É consenso a necessidade de se dar uma atenção especial ao profissional do ensino, de quem as mudanças exigem uma formação continuada.

Além da difusão de mais recursos aos estudantes, da melhoria nas estruturas física e organizacional da escola, na aplicação da legislação educacional, é preciso um olhar atento sobre o professor. A permanente capacitação dos atuais docentes, a contratação de novos professores com formação apropriada e o incentivo aos cursos de pós-graduação são metas essenciais para as políticas públicas da educação nacional. Quando tratamos da qualidade do ensino superior, vimos que um fator diferencial está na titulação e no regime de trabalho do seu corpo docente. Esse processo de melhoria do profissional do ensino e de melhores condições de trabalho precisa marcar o caminho do ensino superior.

Em relação às políticas educacionais, sabemos que há estudantes tão carentes que não têm condições de entrar e permanecer no ensino superior, mesmo quando gratuito. Segundo Zago (2006), para estes alunos não basta o acesso, é preciso uma política de permanência que envolva moradia, transporte, alimentação e saúde. Evidentemente reconhecemos a existência dessa política, mas sabemos também da necessidade de sua ampliação. Ainda em referência aos estudantes mais pobres, o financiamento estudantil dado pelo Fies, como afirma Carvalho (2006), deixa de ser atrativo devido à defasagem entre a taxa de juros sobre o valor do empréstimo e a taxa de crescimento da renda do recém-formado, além dos requisitos rigorosos e da possibilidade de conseguir apenas o financiamento parcial do valor da mensalidade.

Sobre o ensino público em nível médio, como caminho essencial para o ensino superior, registramos que o avanço na educação básica

depende, inevitavelmente, dos recursos federais e das ações de cada unidade federativa. Isso porque dentre todas as escolas públicas de ensino médio regular, 94,1% são públicas, que concentram 66,8% dos estudantes desse nível. E dos estudantes do ensino superior, 74,3% estão em instituições particulares. A deficiência registrada nas escolas públicas não pode ser um empecilho aos seus estudantes. Os investimentos e as políticas adotadas precisam pensar nestes níveis de forma conjunta, sequenciada, enxergando o ensino médio como condição ao ensino superior.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011-2020 estabeleceu como metas, dentre outras, universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária; igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional; reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior; formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação; valorizar o magistério público e assegurar a existência de planos de carreira para esses profissionais em todos os sistemas de ensino; elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; elevar a qualidade da educação pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores; e elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Referências

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CATANI, Afrânio Mendes, HEY, Ana Paula, GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 abr. 2013.

MORALES, Pedro. **Avaliação escolar: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIEIRA, Edvaldo Amaro. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VOLPATO, Gildo. A universidade na sua constituição: criação, reformas e implicações político-epistemológicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 678-701, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1879/1742>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 11, n. 32, p. 226-238, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2013.